

---

## RESENHA

---

### PARA PENSAR A EDUCAÇÃO BRASILEIRA INTERFACES E SOLICITAÇÕES RECORRENTES

Lilian Tatiane Candia de Oliveira \*

---

LIMA, P. G.; FURTADO, A. C. (Orgs.) *Educação brasileira: interfaces e solicitações recorrentes*. Dourados: Editora da UFGD, 2011, 224p.

Este livro é organizado pelos professores do Mestrado em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados - FAED/UFGD) Paulo Gomes Lima e Alessandra Cristina Furtado. O primeiro dedica-se a pesquisas no âmbito da Educação Superior e a articulação com a Educação Básica, Políticas Públicas para a Educação Brasileira, Fundamentos da educação e Gestão Educacional com imersão em Filosofia e História da Educação. Alessandra Cristina Furtado investiga temas ligados a História, História da Educação, Instituições Escolares, Formação Docente, Escola Normal e Educação Comparada.

Neste livro os pesquisadores da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) buscam sistematizar as interconexões entre a construção histórica da escola e seus desafios, as políticas públicas para a educação e a necessidade da evocação de posicionamentos democráticos em seu sentido mais estrito e que possibilitarão outras reflexões sobre o estado da educação brasileira e seus condicionantes.

Composto por oito capítulos, os autores objetivam evocar olhares multifacetados sobre a educação brasileira que pudessem contribuir com “um recorte” de sua leitura do real a partir da construção de um delineamento em que se evidencia as interfaces e solicitações recorrentes da educação brasileira considerando a dimensão capital-trabalho, políticas públicas para educação básica e universidade, a perspectiva da pesquisa na formação de professores e finalmente o itinerário histórico desta formação e pertinente cultura escolar e currículo.

---

\* Mestranda em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados. Bolsista da Coordenadoria de Pessoal de Ensino Superior [CAPES/CNPq] Email para contato: candia.lilian@gmail.com

No primeiro capítulo Elisângela Alves da Silva Scaff discorre sobre “*O modelo gerencial de gestão pública e sua aplicação na educação brasileira*”. Salienta que a partir das influências neoliberais, permeada pela lógica de mercado, que teve início na América Latina na década de 1980, a gestão pública foi reconfigurada em todos os segmentos. Propõe-se a discutir como a gestão se manifesta no âmbito das políticas sociais, particularmente no que se refere à educação.

Nesse sentido, afirma que o modelo gerencialista tem chegado as escolas brasileiras por meio de programas, projetos e políticas educacionais que apresentam como característica “comum o esforço em implantar uma nova cultura organizacional nas escolas e secretarias de educação, que tenha como princípio a racionalidade técnica e o controle do trabalho escolar” (p.27).

No segundo capítulo, decorrente de sua tese de doutoramento, Maria Alice de Miranda Aranda discute, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, à luz do materialismo histórico-dialético, o significado de “*A participação como princípio orientador da política educacional no Brasil*”, de acordo com o propósito disposto no Plano Plurianual (PPA) “Brasil de Todos: inclusão e participação – 2004/2007”. Apresenta uma análise conceitual da “participação” no âmbito científico, político, nas práticas sociais e institucionais da educação. Expõe que a participação disposta no discurso oficial que orienta a política de educação demarca um distanciamento de um projeto de sociedade que concebe a todos os homens o estatuto de sujeito da história.

“*Opções brasileiras na busca da qualidade em educação escolar*” é discutido por Dirce Nei Teixeira de Freitas no qual expõe as atividades recentes irrompidas no Brasil na esfera do governo e da governança no que tange à educação oferecida e a perspectiva de qualidade almejada. Evoca a uma postura crítica acerca de pontuações ainda não encaminhadas para a melhoria da qualidade da educação no Brasil. Ressalta ainda que “[...] as opções do governo central brasileiro [...] indicam engajamento de elites nacionais [...] na coordenação estratégica governamental recentralizada e sintonizada com diretrizes da esfera da governança” (p. 75).

O quarto capítulo de autoria de Paulo Gomes Lima intitulado “*Para pensar a universalização, humanização e democratização do acesso a universidade no Brasil*” problematiza o posicionamento dual entre favoráveis e contrários as ações afirmativas, num discurso de correção de dívida histórica relacionada a populações socialmente excluídas (negros, indígenas, pobres) no Brasil voltadas para o acesso a universidade no contexto da reestruturação produtiva, reforma do Estado e políticas educacionais. Assim, tem-se a necessidade de terceiro olhar que explicita as tramas ideológicas pautadas pela

lógica capitalista sob orientação neoliberal, uma vez que o que se projetou foi uma alienação em relação à problemática em que não foram suscitadas medidas concretas para o processo de humanização, democratização e universalização, apenas medidas paliativas que projeta um processo maior de exclusão e descaso com os grupos étnicos e classes sociais historicamente excluídas.

No quinto capítulo, Giselle Cristina Martins Real, em “*Transformações recentes na educação superior na fronteira entre Brasil e Paraguai*” traça um quadro sobre a educação superior na fronteira geográfica entre Brasil e Paraguai, mostrando que a partir dos anos de 1990 com a efetivação do Acordo do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, e posterior instituição do Setor Educacional do MERCOSUL – SEM, este setor vem desenvolvendo ações que não estão de acordo com o pretendido em sua missão, pois influenciaram indiretamente o processo de mobilidade estudantil, fazendo com que a mobilidade ocorra de forma unilateral, não havendo reciprocidade e mais especificamente privilegiando o curso de medicina, o que pode gerar futuros problemas as “instituições federais que serão demandadas a processar a convalidação de títulos de forma crescente” (p. 136).

O texto “*Formação continuada de professores: percursos e reflexões*” é elaborado por Alaíde Maria Zabloski Baruffi, aborda uma temática que desde a década de 1980 tem sido de grande interesse de especialistas da área de educação. Questiona como são planejadas, implantadas e avaliadas as políticas públicas, os programas, os projetos de formação continuada para professores no Brasil, no mato grosso do sul e especialmente no município de Dourados.

No sétimo capítulo, Alessandra Cristina Furtado, em “*Historia da formação de professores no estado de São Paulo (1846-1964): alguns apontamentos*” apresenta um quadro da história da formação de professores no estado de São Paulo, no período compreendido entre 1846-1964. O estudo desenvolve-se a partir de dois momentos principais: a instalação da primeira Escola Normal no estado de São Paulo no ano de 1846; e em 1964 em que tem-se início o processo de implantação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº. 4.024/61, na educação escolar no estado, o que veio promover mudanças na organização do Ensino Normal. A autora destaca que no perpassar desses anos as reformas possibilitaram mudanças na duração do curso e forma de organizar o currículo o que culminou no estabelecimento de novas orientações nas práticas de formação docente.

O último capítulo intitulado “*Cultura escolar e currículo: manuais didáticos na Escola Normal da Corte, Brasil (1880-1889)*”, Ana Paula Gomes Mancini e Marta Coelho Castro a partir de uma atividade historiográfica no levantamento, seleção, classificação e análise de documentos diversos

produzidos no final do século XIX, buscam esboçar a historicidade dos livros de leitura e manuais didáticos destinados a formação de professores que ajudaram a compor a cultura escolar vivenciada na Escola Normal da Corte entre os anos de 1880 e 1889.

Este trabalho organizado por Paulo Gomes Lima e por Alessandra Cristina Furtado logra êxito no alcance dos objetivos propostos, qual seja evocar olhares pluridiversos sobre a educação brasileira, que contribuam com “um recorte” de sua leitura do real, uma vez que nos oito capítulos que integram a obra, pesquisadores de renome buscam problematizar a Política de Educação, ao transcorrerem a história problematizam o modelo gerencial, os processos participativos, a busca pela qualidade, universalização, humanização, democratização e acesso. Assim, de maneira didática propiciam aos leitores, ainda que em formação inicial, um panorama dos multifacetados pontos de pensar a educação.

Esta obra faz emergir uma reflexão crítica das temáticas abordadas na atualidade no quadro de discussão da educação brasileira como um todo. A obra organizada é um vetor referencial destinado a pesquisadores que problematizam a educação no Brasil, a alunos iniciantes e demais interessados em compreender alguns dos desafios da educação brasileira.